

Cátia Guadalupe Dias Martins

Relatório de Estágio em Farmácia Comunitária

Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas, orientado pela
Dr.^a Maria Emília Simões e apresentado à Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra

Julho 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Eu, Cátia Guadalupe Dias Martins, estudante do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas, com o nº 2009009114, declaro assumir toda a responsabilidade pelo conteúdo do Relatório de Estágio apresentado à Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, no âmbito da unidade curricular de Estágio Curricular.

Mais declaro que este é um trabalho original e que toda e qualquer afirmação e expressão, por mim utilizada, está referenciada na Bibliografia deste Relatório, segundo os critérios bibliográficos legalmente estabelecidos, salvaguardando sempre os Direitos de Autor, à exceção das minhas opiniões pessoais.

Coimbra, 18 de julho de 2014.

(Cátia Guadalupe Dias Martins)

A Orientadora de Estágio:

A Farmacêutica Substituta Especialista

(Dr.^a Maria Emília Simões)

A Estagiária:

Cátia Guadalupe Dias Martins

(Cátia Guadalupe Dias Martins)

FARMACIA SUBSTITUTA ESPECIALISTA
Dr.^a Maria Emília Simões
Dir. Técnica
Cont. 507 787 65
Rua do S. João, 7
1000-000 Lisboa

Agradecimentos:

À Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra por tudo o que tem realizado a favor da formação dos seus alunos.

À Dr.^a Maria Emília Simões pela oportunidade de realizar este estágio, assim como por todo o apoio, disponibilidade e conhecimentos que partilhou comigo durante estes meses.

À Dr.^a Esperança Silva, à Dr.^a Liliana Caldeira e à Dr.^a Susana Lopes, pela paciência, disponibilidade e por tudo o que me ensinaram.

À minha família, pelo incentivo e por acreditarem no meu sucesso.

Ao Bruno, pela paciência e apoio incondicional em todos os momentos.

Às minhas amigas, pela amizade e por toda a motivação.

ÍNDICE

ABREVIATURAS	7
I. INTRODUÇÃO	8
II. FARMÁCIA ROCHA	9
2.1 - Localização	9
2.2 - Recursos humanos	9
2.4 - Infraestruturas e equipamentos	10
2.4.1- Caraterização exterior da farmácia	10
2.4.2 - Caraterização Interior	10
2.5 - Sistema Informático	11
III. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DA FARMÁCIA	12
3.1 - Gestão de <i>stock</i>	12
3.2 - Fornecedores	13
3.3 - Realização de encomendas	13
3.4 - Receção e verificação de encomendas	13
3.5 - Armazenamento	14
3.6 - Reclamações	15
3.7 - Devoluções	15
3.8 - Quebras	15
3.9 - Controlo de prazos de validade	16
3.10 - <i>Marketing</i> Farmacêutico	16
IV. INTERAÇÃO FARMACÊUTICO-MEDICAMENTO-DOENTE	16
4.1 - Medicamentos sujeitos a receita médica	17
4.1.1 - Validação da receita	18
4.1.2 - Dispensa de medicamentos estupefacientes e psicotrópicos	18
4.1.3 - Processo de Dispensa	19
4.1.4 - Comparticipação de medicamentos	20
4.2 - Preparações extemporâneas	20
4.3 - Medicamentos manipulados	21
4.3.1 - Considerações gerais sobre manipulação	21
4.3.2 - Manipulação: matérias-primas, equipamento, acondicionamento, rotulagem e prazo de utilização	21
4.3.3 - Cálculo do preço do manipulado	22
4.4 - Aconselhamento farmacêutico em automedicação	22
4.5 - Aconselhamento e dispensa de outros produtos de saúde	24

4.5.1 - Produtos de dermofarmácia, cosmética e higiene corporal (PCHC).....	24
4.5.2 - Produtos fitoterapêuticos	24
4.5.3 - Suplementos alimentares	25
4.5.4 - Dispositivos médicos	25
4.5.5 - Medicamentos de uso veterinário	25
V. RECEITUÁRIO.....	26
VI. OUTROS SERVIÇOS NA FARMÁCIA	26
VII. FORMAÇÃO	27
VIII. CONCLUSÃO.....	28
IX. BIBLIOGRAFIA.....	29
Anexos	32

ABREVIATURAS

ANF - Associação Nacional de Farmácias

CCF - Centro de Conferência de Faturas

INE - Instituto Nacional de Estatística

INFARMED, IP - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, Instituto Público

IVA- Imposto sobre o Valor Acrescentado

MSRM - Medicamentos Sujeitos a Receita Médica

MNSRM - Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica

CNP - Código Nacional de Produto

PVF - Preço de Venda à Farmácia

PVP - Preço de Venda ao Público

RE - Receita Especial

SAMS - Serviço de Assistência Médico-Social do Sindicato dos Bancários do Centro

SNS - Sistema Nacional de Saúde

I. INTRODUÇÃO

O farmacêutico de oficina é um profissional de saúde, que pelos seus conhecimentos e privilegiada proximidade com o doente, ocupa uma posição de destaque na salvaguarda da saúde pública.

Numa sociedade cada vez mais informada e exigente, as pessoas procuram um serviço de qualidade e não apenas um produto. A formação base do estudante da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, dota-o de conhecimentos que lhe permitem uma intervenção qualificada e responsável, garantindo a saúde e o bem estar do utente.

O estágio curricular surge como uma oportunidade de aplicar todos os conhecimentos adquiridos e adaptá-los à realidade da profissão até então desconhecida; sendo como um complemento à formação profissional no sentido de aquisição de aptidões sociais, humanas e éticas.

O presente relatório reúne de forma sucinta os saberes adquiridos e as atividades desenvolvidas no decorrer do estágio, caracterizando o funcionamento da farmácia e o papel do farmacêutico, descrevendo a minha experiência pessoal e as minhas expectativas acerca da profissão farmacêutica.

O estágio a que se refere o presente relatório foi realizado na Farmácia Rocha, em Coimbra. Teve a duração de 640 horas decorridas entre os meses de março e junho, sob a orientação da Dr.^a Maria Emília Simões.

II. FARMÁCIA ROCHA

2.1 - Localização

A Farmácia Rocha localiza-se na rua do Brasil n°70. Está situada numa zona residencial e nas suas imediações localizam-se dois estabelecimentos de ensino: o colégio Rainha Santa Isabel e o colégio São Teotónio; o Seminário Diocesano, o Paço Episcopal e uma associação de apoio social - Associação Integrar.



Figura I- Localização da Farmácia Rocha.

Pela sua localização, grande parte dos utentes da Farmácia Rocha são:

- Uteses que provêm dos aglomerados habitacionais circundantes (residentes ou trabalhadores);
- Uteses provenientes da periferia de Coimbra;
- Uteses de passagem.

Esta heterogeneidade de utentes mostrou-se vantajosa, pois permitiu-me contactar com diversas situações ao longo do estágio, tornando-se algo muito positivo e enriquecedor na minha aprendizagem, como estagiária.

2.2 - Recursos humanos

A equipa da Farmácia Rocha caracteriza-se por ser uma equipa de farmacêuticos extremamente profissionais, que primam pela qualidade dos serviços prestados aos utentes. Durante o meu estágio pude constatar que esta equipa aposta num atendimento

personalizado, tendo em vista as necessidades e expectativas cada vez mais exigentes dos utentes.

A equipa de trabalho que muito contribui para a minha fácil integração, formação e gosto pela profissão, é constituída por 4 elementos:

- Proprietária e Diretora Técnica - Dr.^a Maria Emília Rocha Simões;
- Farmacêutica Substituta - Dr.^a Esperança Silva;
- Farmacêutica - Dr.^a Liliana Caldeira;
- Farmacêutica - Dr.^a Susana Lopes.

2.4 - Infraestruturas e equipamentos

2.4.1- Caraterização exterior da farmácia

A caraterização exterior da farmácia obedece a um conjunto de orientações descritas no Manual das Boas Práticas de Farmácia:

- Local visível;
- Aspeto altamente profissional e higiénico;
- Facilmente identificável, através de uma cruz de sinalização verde, iluminada sempre que a farmácia esteja a funcionar;
- Entrada de fácil acesso, particularmente útil a idosos e pessoas portadoras de deficiência motora.¹

2.4.2 - Caraterização Interior

As instalações da Farmácia Rocha cumprem todos os requisitos legais, dispondo das seguintes divisões:

- Sala de atendimento ao público;
- Zona de receção e verificação de encomendas;
- Escritório da direção técnica;
- Área de armazenamento de medicamentos;
- Laboratório para preparação de manipulados;
- Instalações sanitárias.

Com o objetivo de garantir o cumprimento das corretas condições de armazenamento de medicamentos, estas instalações estão dotadas de um sistema de controlo de temperatura e humidade - termohigrómetro, que procede à recolha e registo destas condições, várias vezes ao dia. Durante o decorrer do estágio tive oportunidade de elaborar um procedimento relativo à Monitorização de Condições de Preparação e Conservação de Medicamentos e Produtos (Anexo I).

2.5 - Sistema Informático

O sistema informático é a base da maioria das operações executadas na farmácia. O *software* de apoio à atividade farmacêutica utilizado na Farmácia Rocha é o Sifarma2000[®], desenvolvido pela Glintt da Associação Nacional de Farmácias (ANF).

A gestão assume-se como fundamental em qualquer organização comercial, principalmente tendo em conta a conjuntura atual do país. A mudança dos tempos exige que os farmacêuticos assumam também o papel de gestores, com necessidade de aprofundar conhecimentos em matérias antes dispensáveis e a adotar estratégias para aumentar a rentabilidade da sua empresa. Deste modo, é indispensável uma ferramenta administrativa que auxilie no processo de gestão da farmácia. O Sifarma2000[®] permite:

- Preparação, transmissão e receção de encomendas;
- Registo da entrada e dispensa de estupefacientes;
- Emissão de documentos de faturação;
- Automatização de participações, portarias e despachos respetivos;
- Faturação aos diversos organismos;
- Disponibilização de informação técnico-científica (por exemplo: posologia, interações ou precauções especiais na administração)
- Rastreabilidade da atividade operacional e profissional.

Para além das ferramentas administrativas, o Sifarma2000[®] auxilia o farmacêutico na realização de um atendimento de qualidade. A prestação de um serviço de qualidade caracteriza-se pela recolha do máximo de informações possíveis sobre cada situação, interpretação crítica da informação técnico-científica disponível e adequação da mesma a cada situação. É importante salientar que cabe ao farmacêutico saber utilizar a informação disponível e adequá-la a cada situação apresentada.

Uma das responsabilidades do farmacêutico é acompanhar/monitorizar os doentes, nomeadamente doentes crónicos e/ou polimedicados. Também neste sentido, o Sifarma2000[®] é uma ferramenta bastante útil. Permite a criação de uma ficha para cada utente que para além de informações biográficas pode também incluir o seu perfil farmacoterapêutico e os valores das determinações dos parâmetros bioquímicos, o que permite avaliar o estado de saúde global do utente. Esta vantagem assume especial relevância na identificação de interações e contra-indicações específicas de cada doente.

O sistema é frequentemente atualizado via *farmalink*, permitindo a introdução de novas informações no que diz respeito aos produtos farmacêuticos, regimes de comparticipação e às funcionalidades do próprio *software*.

Ao longo do estágio tive oportunidade de explorar Sifarma2000® e perceber qual a importância deste sistema no acompanhamento farmacoterapêutico. Nos casos em que a dispensa de um medicamento possa constituir perigo para o utente, como por exemplo numa interação medicamentosa, o sistema alerta para esta situação.

III. ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DA FARMÁCIA

Nos últimos anos tem havido uma série de alterações legislativas ao nível da farmácia comunitária que tornaram este setor muito mais competitivo.

O farmacêutico/gestor deve ter noções de organização e gestão financeiras, de forma a encontrar o melhor método para aumentar a rentabilidade da empresa. É fundamental saber gerir os meios de que a farmácia dispõe, incluindo os colaboradores e utilizando técnicas de *marketing* e vendas, por forma a garantir a sustentabilidade e equilíbrio do negócio.

Hoje em dia, a feroz concorrência a nível de mercado associada a fatores económicos e políticos, implica que o farmacêutico seja também um gestor, necessitando de uma melhor preparação durante o curso neste campo.

3.1 - Gestão de stock

A gestão de *stock* trata-se de um procedimento complexo, que exige alguma experiência e envolve alguns fatores como:

- Localização da farmácia;
- Conhecimento do tipo de utentes;
- Hábitos de prescrição dos médicos da região;
- Variabilidade sazonal na compra de algumas especialidades;
- Rotação dos produtos;
- Publicidade de produtos não sujeitos a receita médica;
- Espaço disponível para o armazenamento;
- Disponibilidade financeira da farmácia;
- Histórico de vendas.

Na Farmácia Rocha a gestão do *stock* é coordenada a partir de informações que vão sendo recolhidas a partir do Sifarma2000®, na ficha individual de cada medicamento ou produto.

3.2 - Fornecedores

Um dos fatores mais importantes da gestão de *stocks* é a correta escolha de fornecedores. A aquisição dos produtos farmacêuticos é feita através do contacto com cooperativas, laboratórios e outros armazenistas tendo em conta as vantagens em termos de organização do fornecedor, frequência e rapidez de entregas, condições de pagamento, quantidade a comprar, descontos e bonificações efetuadas.

A Farmácia Rocha trabalha essencialmente com um armazenista, a Plural. No entanto é frequente recorrer a outros fornecedores, no caso de produtos esgotados, produtos sazonais ou produtos de dermocosmética.

3.3 - Realização de encomendas

A correta realização e receção de encomendas é importante para a gestão eficiente do *stock* da farmácia.

Diariamente são criadas propostas de encomenda automáticas no Sifarma2000® com base nas vendas, de modo a manter um *stock* constante, todavia estas propostas são sempre revistas pelos responsáveis das encomendas para proceder a uma alteração caso hajam, por exemplo, bonificações. Abrangem os produtos que atingiram o *stock* inferior ao mínimo estabelecido e são enviadas para a encomenda diária, propondo a compra do número de unidades que completem o *stock* máximo, sendo possível escolher o fornecedor. No caso de haver pedidos de produtos que não fazem habitualmente parte das existências ou que não estão disponíveis por algum motivo naquele momento, podem fazer-se encomendas instantâneas. Situações em que o utente necessita do produto num curto espaço de tempo, ainda há a possibilidade de se fazer um pedido por telefone.

As encomendas que são feitas diretamente aos laboratórios, normalmente são efetuadas por intermédio de um Delegado de Vendas.

3.4 - Receção e verificação de encomendas

A receção de encomendas é feita com recurso ao programa Sifarma2000®, através da seleção da encomenda em causa. A conferência passa pela comparação entre a encomenda recebida e a guia de remessa ou em seu lugar, a fatura que acompanha os produtos. Na guia de remessa consta a identificação da farmácia que recebe e do fornecedor que expede, a hora e o local de expedição, a hora e o local de chegada e a identificação do conteúdo: qualidade, quantidade, taxas de Imposto sobre o valor acrescentado (IVA), preço de custo unitário, preço de venda ao público (PVP) (exceto nos produtos cujo preço é calculado

mediante fator de ponderação) e o preço total de custo para a farmácia (PVF). No caso de falta de algum produto, o fornecedor deve justificar a sua ausência, como “não comercializado”, “esgotado”, “em falta”, “enviado de armazém alternativo”.

No final de dar entrada de todos os produtos, é possível confirmar se o número de produtos rececionados corresponde ao número de produtos que vêm faturados. A verificação dos PVF e PVP (caso aplicável) de acordo com a fatura e a atualização das margens de comercialização são extremamente importantes para uma boa gestão da farmácia.

Pelas suas características intrínsecas, a receção de encomendas que contenham medicamentos psicotrópicos e estupefacientes ou benzodiazepinas, requer um tratamento especial. Para permitir a rastreabilidade destas substâncias é necessário que no final da receção da encomenda seja registado o número da fatura/guia de remessa. Nestas encomendas para além da fatura existe uma guia de requisição emitida em duplicado pelo armazém. Esta guia é assinada e carimbada pelo farmacêutico responsável. O original é arquivado na farmácia por um período não inferior a três anos e o duplicado é devolvido ao fornecedor que o deve arquivar por igual período de tempo.

Os primeiros produtos a serem rececionados e imediatamente arrumados são os que apresentam condições especiais de conservação. Desta forma a cadeia de frio não é quebrada e assegura-se a qualidade, segurança e eficácia dos produtos.

A receção e verificação de encomendas constituíram a primeira etapa do meu estágio. Nesta primeira fase as inseguranças foram muitas, deste modo preocupei-me inicialmente em conhecer os diversos produtos, relacionando-os com os respetivos grupos terapêuticos e nomes comerciais.

3.5 - Armazenamento

Após o registo da entrada da encomenda, os produtos são arrumados em locais específicos de acordo com a sua forma farmacêutica e condições de estabilidade. Na arrumação, para uma gestão eficaz das existências, é muito importante cumprir a regra do *first expire/first out*, ou seja, os produtos com prazo de validade mais curtos têm de ser arrumados de forma a serem os primeiros a serem vendidos.

É importante também referir que por questões legais e de segurança os medicamentos psicotrópicos e estupefacientes são armazenados num local próprio.

O armazenamento de produtos na farmácia permitiu-me assegurar a localização fácil e inequívoca dos produtos, o que se revelou uma vantagem na rentabilização do tempo durante o atendimento.

3.6 - Reclamações

Podem ocorrer situações em que numa encomenda um produto está faturado, mas não foi entregue ou situações em que o produto vem mal faturado. Nestas situações deve fazer-se imediatamente a comunicação telefónica da reclamação ao respetivo fornecedor. Referindo o número da fatura/guia de remessa, Código Nacional de Produto (CNP) ou código ANF do produto e a quantidade que está em falta.

3.7 - Devoluções

A emissão de notas de devolução é relativamente frequente. Em todas as situações é obrigatório mencionar o motivo da devolução, por exemplo: produtos com prazo de validade curto, embalagens danificadas ou produtos que por alguma razão estão a ser recolhidos do mercado.

De destacar uma situação especial, cuja devolução deve ser isolada de outros medicamentos, é a devolução de medicamentos psicotrópicos e estupefacientes. São impressas 3 cópias da nota de devolução sendo que todas as cópias devem ser assinadas e carimbadas. Duas cópias acompanham o produto e uma é arquivada na farmácia até resolução da devolução. A resolução das notas de devolução pode passar por envio de nota de crédito, regularização com produto ou pode não ser aceite pelo armazém. Neste último caso, a resolução consiste em efetuar uma quebra do produto.

3.8 - Quebras

São realizadas quebras de produtos usados para consumo da farmácia, por exemplo, medicamentos usados na manipulação. Podem ainda constituir quebras, embalagens danificadas na farmácia ou produtos cuja devolução não foi aceite pelo laboratório. Ao efetuar uma quebra é sempre necessário incluir o seu motivo. A emissão da nota de quebra é feita em duplicado. Uma das quais é armazenada junto ao produto, no local destinado às quebras.

3.9 - Controlo de prazos de validade

Os prazos de validade são conferidos durante a receção de encomendas, durante a cedência do produto ao utente e através da tiragem de listagem para contagens físicas regulares. As especialidades farmacêuticas devem ser devolvidas dois meses antes de expirar o prazo de validade, por isso, o controlo de prazos de validade é realizado de 2 em 2 meses. Assim é possível proteger a qualidade e garantir a eficácia e segurança dos medicamentos e dos outros produtos. O Sifarma2000® possibilita a emissão de uma listagem de produtos cujo prazo de validade expira dentro de um período de tempo igual ou inferior a dois meses.

3.10 - Marketing Farmacêutico

Numa altura em que a farmácia comunitária se encontra num ambiente cada vez mais competitivo, o marketing é uma “ferramenta” fundamental para aumentar a atratividade e notoriedade da mesma, junto dos potenciais clientes.²¹

O *marketing* permite fazer o ajuste da oferta da empresa às necessidades do cliente.²¹

A Farmácia Rocha aposta na promoção da farmácia e dos seus produtos através de técnicas de *marketing* como o *merchandising*. O *merchandising* é conhecido como uma forma de comunicar silenciosa. Um dos exemplos de aplicação deste conceito é a criação de espaços de destaque na farmácia, com o objetivo de aumentar a rotatividade dos produtos. O *merchandising* na farmácia comunitária é um conceito complexo que exige alguns cuidados de forma a garantir que a venda não se sobrepõe à conduta ética.²¹

Uma das vantagens deste estágio foi ter a oportunidade de puder contactar com esta realidade e desenvolver tarefas relacionadas com a promoção da farmácia, como por exemplo: dinamização da montra, organização de lineares e quadros de exposição de informação.

IV. INTERAÇÃO FARMACÊUTICO-MEDICAMENTO-DOENTE

A caracterização da população de utentes é uma tarefa inerente à gestão da farmácia. Através desta caracterização é possível definir o perfil de necessidades e preferências dos utentes, adequando e otimizando os serviços farmacêuticos disponíveis na farmácia.

O farmacêutico comunitário ocupa um lugar privilegiado na cadeia de prestação de serviços de saúde ao doente. As farmácias têm uma imagem positiva junto das populações: são locais de fácil acesso, com um horário de funcionamento adequado, onde é dado aconselhamento gratuito, sendo por isso, muitas vezes, o primeiro local a que os utentes recorrem.

Durante o atendimento, o farmacêutico deve ser capaz de transmitir os seus conhecimentos científicos, assim como transmitir uma imagem de confiança e de interesse pelas necessidades do utente, mantendo um ambiente propício ao diálogo, permitindo ao utente falar abertamente dos seus sintomas, experiências prévias e dúvidas.

É muito importante que o diálogo do farmacêutico seja simples, claro e objetivo. Um utente devidamente informado adere muito mais facilmente à terapêutica.

A interação com o utente é uma das tarefas mais complexas de exercer em farmácia de oficina. Durante o decorrer do estágio senti que a interação com público é exigente, não só do ponto de vista mental, mas também do ponto de vista social, visto que é necessário contactar com uma grande diversidade de utentes e proceder a uma adaptação da comunicação em termos de discurso e terminologias usadas. Em algumas situações senti dificuldades em perceber a mensagem transmitida pelos utentes e outras em que tive dificuldade em fazer-me entender. A informação sobre o custo dos medicamentos que se apresenta nas receitas, por vezes está desatualizada, o que gera incompreensão por parte dos utentes. Situações como esta são comuns e por mais que o farmacêutico tente explicar que a farmácia não tem responsabilidade sobre esta informação, a culpa recai quase sempre sobre a farmácia, prejudicando injustamente o seu bom nome. Problemas como este são representativos de como o conhecimento científico não é suficiente para desempenhar o papel do farmacêutico.

4.1 - Medicamentos sujeitos a receita médica

De acordo com o Estatuto do Medicamento, estão sujeitos a receita médica todos os medicamentos que cumpram uma das seguintes hipóteses:³

- a. Possam constituir um risco para a saúde do doente, direta ou indiretamente, mesmo quando usados para o fim a que se destinam, caso sejam utilizados sem vigilância médica;
- b. Possam constituir um risco, direto ou indireto, para a saúde, quando sejam utilizados com frequência em quantidades consideráveis para fins diferentes daquele a que se destinam;
- c. Conttenham substâncias, ou preparações à base dessas substâncias, cuja atividade ou reações adversas seja indispensável aprofundar;
- d. Destinem-se a ser administrados por via parentérica.

Os Medicamentos Sujeitos a Receita Médica (MSRM), só podem ser dispensados em farmácias, mediante a apresentação da receita médica, em formato eletrónico ou manual, emitido por um médico.

4.1.1 - Validação da receita

O farmacêutico deve assegurar-se da legalidade da receita, assegurando-se que nela conste:²

- Número da receita (19 dígitos);
- Identificação do local de prescrição e do prescritor (presença de vinheta);
- Identificação do utente (nome, número de beneficiário e referência ao regime especial de comparticipação, se aplicável);
- Entidade financeira responsável;
- Identificação do(s) medicamento(s). No caso de prescrição por nome comercial é necessária a apresentação da justificação técnica;
- Número de embalagens (cardinal e por escrito). No máximo de 2 embalagens por medicamento e de 4 no total da receita;
- Posologia e duração do tratamento;
- Referência a diploma, despacho ou portaria que confere comparticipação especial aos medicamentos;
- Data da prescrição, confirmando que se encontra dentro do prazo de validade;
- Assinatura do prescritor.

4.1.2 - Dispensa de medicamentos estupefacientes e psicotrópicos

A entidade responsável pela supervisão e fiscalização do uso terapêutico de medicamentos estupefacientes e psicotrópicos é a Autoridade Nacional do Medicamento e produtos de Saúde - INFARMED, IP. Estas substâncias possuem margens terapêuticas muito estreitas e, por estarem associadas a atos ilícitos, são sujeitas a um forte controlo e apresentam legislação específica:²

- Estes medicamentos têm que ser prescritos nas receitas eletrónicas identificadas com RE – receita especial.
- A prescrição destes medicamentos segue as mesmas regras que os restantes, nomeadamente no que respeita ao número de embalagens por receita.
- A cópia destas receitas, em suporte papel ou informático, tem de ser mantido na farmácia durante 3 anos.

- A farmácia tem que enviar ao Infarmed, até ao dia 8 do segundo mês a seguir à dispensa, a listagem de todas as receitas aviadas da qual constem os dados do adquirente.
- A farmácia tem que enviar ao Infarmed cópia das receitas manuais, até ao dia 8 do mês a seguir à dispensa.

4.1.3 - Processo de Dispensa

No ato da dispensa, é preciso estar atento e adotar uma atitude crítica face à prescrição.

A dispensa do medicamento é um ato da responsabilidade do farmacêutico, sendo que este deve assegurar a qualidade dos serviços que presta. Para além de validar a receita, o farmacêutico deve avaliar a necessidade e adequação da prescrição. O farmacêutico deve verificar a quem o medicamento se destina, qual o objetivo da terapêutica, se a medicação constitui nova terapêutica ou se é para continuidade de tratamento. A cedência do medicamento deve ser acompanhada do esclarecimento da posologia, das interações, dos efeitos adversos e precauções especiais, nomeadamente de conservação (por exemplo, no caso de insulinas). Sempre que necessário deve-se reforçar as informações orais com indicações escritas. Principalmente no caso de doentes idosos e/ou polimedicados em que o risco de confusão é maior.

Uma das principais preocupações do farmacêutico deve ser a adesão à terapêutica. Em situações de tratamentos crónicos é necessário consciencializar o doente para os perigos que podem advir da falta de adesão.

A promoção de um estilo de vida saudável, quer em termos de alimentação ou de exercício físico, assim como o aconselhamento de medidas não farmacológicas alternativas ou complementares devem sempre que possível, fazer parte do atendimento.

Por último, o farmacêutico deve assegurar-se que o doente não tem dúvidas sobre o porquê, o quando, o como e o até quando tomar o medicamento.

O atendimento é finalizado com o processamento informático da prescrição. Na presença de um regime de comparticipação em complementaridade, é necessário efetuar uma cópia da receita para que seja emitido um documento de faturação para o outro organismo.

4.1.4 - Comparticipação de medicamentos

A comparticipação de medicamentos está dependente da demonstração técnico científica do seu valor terapêutico acrescentado ou da sua equivalência terapêutica para as indicações reclamadas, bem como à demonstração da vantagem económica.⁴

Em Portugal, todos os cidadãos têm direito ao regime de comparticipação do Sistema Nacional de Saúde (SNS). A comparticipação do Estado no preço dos medicamentos é fixada de acordo com vários escalões, sendo que os grupos que integram os diferentes escalões fixados por portaria.⁵

A comparticipação pode ser feita através de regime geral⁶ - para todos os utentes do SNS e trabalhadores migrantes – ou através de regime especial – para utentes pensionistas. Uteses com patologias especiais como o Lúpus e Alzheimer podem usufruir de comparticipações superiores se na receita existir menção à portaria, despacho ou decreto-lei respetivo.⁷

Existem outras entidades como o Serviço de Assistência Médico-Social do Sindicato dos Bancários do Centro (SAMS), em que o regime de comparticipação atua em complementaridade.

Relativamente aos preços máximos de venda ao público do material de autocontrolo para pessoas diabéticas, ao Estado compete a comparticipação em 85% do preço das tiras-teste e em 100% das agulhas, seringas e lancetas.⁸

No ato da dispensa o farmacêutico deve informar o utente dos medicamentos disponíveis na farmácia, que se encaixem no prescrito. As farmácias devem ter sempre disponíveis para venda no mínimo três medicamentos, dos cinco mais baratos de cada grupo homogéneo, devendo dispensar o de menor preço, exceto se o doente optar por outro.⁹

4.2 - Preparações extemporâneas

As preparações extemporâneas referem-se a medicamentos pouco estáveis quando reconstituídos e que por isso apenas são preparados no ato de dispensa ao utente. Esta situação tem lugar principalmente com formas farmacêuticas sólidas que se suspendem em quantidades pré-definidas de água destilada. É o exemplo de alguns antibióticos que preparei, tendo o cuidado de indicar ao utente que os tomasse sempre até ao fim mesmo quando já não apresentasse sintomas, agitasse (sem fazer espuma) antes de usar e conservasse no frigorífico quando necessário.

4.3 - Medicamentos manipulados

Apesar do grande desenvolvimento que a Indústria Farmacêutica tem vindo a sofrer, existem alguns casos que requerem a preparação de medicamentos ao nível da Farmácia de Oficina. Considera-se um medicamento manipulado “qualquer fórmula magistral ou preparado oficial preparado e dispensado sob a responsabilidade de um farmacêutico”. A preparação destes medicamentos continua a ser essencial quando:¹⁰

- Existe uma lacuna terapêutica nos medicamentos preparados industrialmente. Em dermatologia a preparação de manipulados permite tirar partido da utilização de substâncias ativas simples ou de associações de substâncias que não se encontram comercializadas;
- A forma farmacêutica pretendida não existe no mercado;
- Há necessidade de ajuste de dosagem para populações específicas, como é o caso da população pediátrica.

4.3.1 - Considerações gerais sobre manipulação

Ao farmacêutico, compete assegurar um conjunto de normas relativas às instalações e equipamentos, documentação, matérias-primas, materiais de embalagem, manipulação, controlo de qualidade e rotulagem.¹¹

Após a validação da receita de medicamento manipulado, o farmacêutico deve verificar que a fórmula do medicamento manipulado consta de uma Farmacopeia oficial ou do Formulário Galénico Português. Este facto é fundamental para ter acesso a toda informação necessária à sua correta preparação. A Farmácia Rocha possui um arquivo de todos os medicamentos manipulados que são preparados. O processo de cada medicamento manipulado é composto por uma ficha de preparação e pela cópia da receita.

4.3.2 - Manipulação: matérias-primas, equipamento, acondicionamento, rotulagem e prazo de utilização

Existe um conjunto de equipamentos e de instrumentos de laboratório considerados como obrigatórios.¹² De modo a garantir a exatidão e o rigor na preparação do manipulado é necessário assegurar que o material é mantido limpo e que os aparelhos se encontram devidamente calibrados. Deve apenas usar-se matérias-primas dentro do prazo de validade e cujo boletim analítico cumpra os requisitos das especificações. Quanto ao acondicionamento do medicamento manipulado é necessário ter em conta não só a forma farmacêutica, volume/quantidade, mas também a via de administração. Todos os medicamentos manipulados devem estar devidamente rotulados. O rótulo deve conter entre outras informações o nome do doente, a fórmula do medicamento manipulado prescrita pelo

médico, o número do lote atribuído ao manipulado preparado, prazo de utilização, condições de conservação, instruções especiais em fundo vermelho (como por exemplo, “agite antes de usar”), posologia e identificação da farmácia.

4.3.3 - Cálculo do preço do manipulado

O preço dos manipulados depende de três vertentes: do valor das matérias-primas, do valor dos honorários e do valor dos materiais de embalagem.¹³

O preço de venda ao público dos medicamentos manipulados é, desta forma, o resultado da aplicação da fórmula:

**(Valor dos honorários + Valor das matérias-primas + Valor do material de embalagem)
X 1,3 + IVA à taxa em vigor**

O valor dos honorários assenta num valor fixo (F) anualmente pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), dependendo da forma farmacêutica do produto acabado e da quantidade usada, atualmente 4,74.¹³ Por sua vez, o valor das matérias-primas é obtido através do valor de aquisição sem IVA multiplicado por um fator que depende da maior unidade em que são usadas. Os preços dos materiais de embalagem são determinados pelo valor de aquisição sem IVA multiplicado por 1,2.¹³

A preparação de manipulados na Farmácia Rocha é um procedimento pouco frequente. Durante o estágio pude preparar alguns manipulados, como “Soluto Alcoólico de Cânfora”. Toda a informação para a sua preparação encontra-se na Farmacopeia Portuguesa.

Este soluto pode ser utilizado para fazer outras preparações ou pode ser utilizado como sedativo cutâneo, nas contusões, luxações e dores reumáticas, proporcionando uma sensação refrescante na pele.

4.4 - Aconselhamento farmacêutico em automedicação

A “automedicação é a utilização de medicamentos não sujeitos a receita médica (MNSRM) de forma responsável, sempre que se destine ao alívio e tratamento de queixas de saúde passageiras e sem gravidade, com a assistência ou aconselhamento opcional de um profissional de saúde.”¹⁴ Deste modo, a automedicação permite a prevenção e tratamento de sintomas que não necessitem de consulta médica, e situações autolimitadas e tratáveis até cinco dias, com o aconselhamento do farmacêutico.

O farmacêutico deve refletir sobre a melhor atitude a tomar perante cada utente em particular e que pode passar por não tratar, encaminhar ao médico ou pela indicação farmacêutica. Torna-se necessário avaliar a duração das queixas, a gravidade ou intensidade

dos sintomas e o estado geral do utente para determinar se será autotratável. Optando pela indicação farmacêutica deve promover o uso racional dos MNSRM (Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica) através de protocolos, alertando para a utilização correta e segura destes. Na seleção do tratamento, deve escolher preferencialmente medicamentos com uma só substância ativa e evitar associações, selecionar a formulação mais adequada para a situação específica, assim como pela embalagem mais pequena para evitar a automedicação descontrolada. O utente também deve ser informado sobre o motivo de escolha daquele tratamento em particular, em que consiste, do modo como o deve fazer e de possíveis efeitos secundários, os quais deve ter em atenção.

A automedicação pode, no entanto, acarretar alguns riscos como mascarar de sintomas, diagnóstico incorreto, terapia inadequada, interações com medicação concomitante, entre outros. Deste modo, a avaliação realizada deve ser pormenorizada e personalizada.

A automedicação em crianças, grávidas, idosos, doentes crónicos e polimedicados, torna-se um campo mais delicado, uma vez que aumentam os riscos associados. Assim, deve existir uma escolha cautelosa dos medicamentos, remetendo para o médico situações que não são do foro da farmácia. Há que ressaltar que no caso de crianças com menos de 2 anos, o aconselhamento deve ser apenas de medidas não farmacológicas, e no caso de não haver melhoras ao fim de 5 dias, deve-se remeter a criança ou o adulto ao médico.

No decorrer do meu estágio foram inúmeros os casos em que foi solicitado o aconselhamento farmacêutico. Foi neste contexto que, pela primeira vez, experienciei o contacto com o público e efetuei os meus primeiros aconselhamentos. O facto de sermos muitos estagiários permitiu que desenvolvêssemos capacidades de trabalho em equipa, mas ao mesmo tempo fez com que tivéssemos menos oportunidades para intervir, o que se revelou um aspeto negativo. Relativamente ao aconselhamento em automedicação, gostaria de fazer referência aos dias em que a farmácia esteve de serviço como dias de enorme aprendizagem, devido à quantidade e diversidade de situações apresentadas. De seguida apresento dois exemplos de aconselhamento em que entrevi:

- Uma utente dirigiu-se à farmácia solicitando “qualquer coisa” para a constipação e acrescentou que estava a amamentar. Perguntei se estava com dores, se estava com febre e se tinha ou não corrimento nasal, ao que esta me respondeu que sentia dores e dificuldade em respirar como se tivesse “o nariz entupido”. Indiquei paracetamol 500mg de 8 em 8 horas e Rhinomer[®] – solução de água do mar isotónica, não diluída, esterilizada, rica em sais minerais e oligoelementos, sem conservantes, que tem como função humidificar as fossas

nasais e remover as partículas causadoras de obstrução. Aconselhei também a ingestão de líquidos para auxiliar na libertação de secreções.

- Uma utente dirigiu-se à farmácia a pedir um algo para uma queimadura solar. A pele apresentava-se vermelha e sem bolhas. Indiquei-lhe Biafine® uma emulsão para repor a estrutura da pele e ingestão de muitos líquidos de modo a evitar a desidratação. Durante o aconselhamento tive também o cuidado de alertar a utente para os problemas associados à exposição solar sem proteção e recomendar a utilização diária de um protetor solar com um fator de proteção elevada.

4.5 - Aconselhamento e dispensa de outros produtos de saúde

Com o fim da exclusividade da venda de medicamentos não sujeitos a receita médica nas farmácias e as sucessivas descidas do preço dos fármacos, a margem de lucro destas empresas diminuiu substancialmente. Desta forma, torna-se importante avaliar as tendências do futuro e apostar na especialização de áreas em crescente procura que possam ser mais lucrativas para a farmácia.

4.5.1 - Produtos de dermofarmácia, cosmética e higiene corporal (PCHC)

Um PCHC é qualquer substância ou mistura destinada a ser posta em contacto com as diversas partes superficiais do corpo humano, com o objetivo de limpar, perfumar, modificar o seu aspeto, proteger, manter em bom estado ou de corrigir os odores corporais.¹⁵ A importância destes produtos na farmácia tem vindo a crescer devido à crescente preocupação das pessoas com a sua aparência e bem-estar. Durante o estágio tive o privilégio de contactar com profissionais de saúde altamente conhecedores dos produtos desta área, que me transmitiram muitos conhecimentos.

4.5.2 - Produtos fitoterapêuticos

Os produtos fitoterapêuticos têm por base as propriedades curativas e preventivas das plantas. Os medicamentos à base de plantas usados em fitoterapia estão definidos como “qualquer medicamento que tenha exclusivamente como substâncias ativas uma ou mais substâncias derivadas de plantas, uma ou mais preparações à base de plantas ou uma ou mais substâncias derivadas de plantas em associação com uma ou mais preparações à base de plantas”.¹⁶ No entanto, esses produtos não deixam de ter na sua composição substâncias ativas capazes de interagir com o organismo e com alguns fármacos. Desta forma, torna-se indispensável o aconselhamento destes produtos por um profissional qualificado como o farmacêutico, de modo a garantir a segurança do consumidor.

4.5.3 - Suplementos alimentares

Os suplementos alimentares definidos são como “géneros alimentícios que se destinam a complementar e/ou suplementar o regime alimentar normal e que constituem fontes concentradas de determinadas substâncias nutrientes ou outras com efeito nutricional ou fisiológico, estremes ou combinadas, comercializadas em forma doseada, tais como cápsulas, pastilhas, comprimidos, pílulas e outras formas semelhantes, saquetas de pó, ampolas de líquido, frascos com conta-gotas e outras formas similares de líquidos ou pós que se destinam a ser tomados em unidades medidas de quantidade reduzida.”¹⁷ A adoção de estilos de vida pouco saudáveis (alimentação desequilibrada, *stress* e ausência de exercício físico) levam à procura destes produtos com o objetivo de compensar ou prevenir algumas ausências. Perante esta procura, o farmacêutico assume um papel importante na avaliação das necessidades de cada utente e na indicação do suplemento mais adequado para cada situação.

4.5.4 - Dispositivos médicos

Os dispositivos médicos são importantes instrumentos de saúde que englobam um vasto conjunto de produtos. São utilizados para prevenir, diagnosticar ou tratar uma doença, através de mecanismos não farmacológicos, metabólicos ou imunológicos.¹⁸ Alguns exemplos destes produtos são testes de gravidez, punhos e pés elásticos. Durante o estágio, denotei que existem muitas pessoas a recorrer à farmácia para pedir aconselhamento nesta área. Das vezes em que me foi solicitada ajuda, senti que não tinha conhecimento suficiente para conseguir aconselhar.

4.5.5 - Medicamentos de uso veterinário

Os produtos de uso veterinário estão definidos como: “toda a substância, ou associação de substâncias, apresentada como possuindo propriedades curativas ou preventivas de doenças em animais ou dos seus sintomas, ou que possa ser utilizada ou administrada no animal com vista a estabelecer um diagnóstico médico-veterinário ou, exercendo uma ação farmacológica, imunológica ou metabólica, a restaurar, corrigir ou modificar funções fisiológicas.”¹⁹ Na Farmácia Rocha existe uma área destinada apenas a produtos de uso veterinário designada como: Espaço Animal. Dentro dos medicamentos de uso veterinário, incluem-se antibióticos e antiparasitários que, quando mal empregues, podem representar um risco para saúde pública. O farmacêutico reveste-se de extrema importância na informação prestada ao comprador, de forma a garantir os padrões de segurança e eficácia. Esta é, por isso, uma área em que cada vez mais o farmacêutico deverá ter formação especializada.

V. RECEITUÁRIO

A cada receita processada fica atribuído um lote e um número sequencial, constantes no verso da receita impressa de acordo com o organismo em que é processada. As receitas depois de faturadas e corrigidas são agrupadas, separadas por organismos e ordenadas por lotes de 30 até ao seu fecho. No final de cada mês, antes da meia-noite, é feito o fecho da faturação, de modo a que no dia seguinte, a numeração comece novamente, fechando-se lote por lote.

Por cada lote completo e já conferido é emitido o verbete de identificação de lote que é carimbado e anexado ao respetivo lote de receitas. O verbete de identificação contém, entre outras informações, o nome da farmácia e respetivo código, mês e ano em questão, entidade que comparticipa, quantidade de receitas, valor pago pelos utentes e valor pago pelo organismo que comparticipa. Para além do verbete de identificação, no final do mês, e após o fecho de todos os lotes, são emitidas em quadruplicado, a relação resumo de lotes, (onde constam os mesmos elementos do verbete de identificação mas referentes a todos os lotes agrupados) e a fatura mensal de medicamentos (com os valores totais faturados para os regimes de comparticipação de cada organismo). Um duplicado de cada um dos documentos supracitados é arquivado na farmácia para efeitos de contabilidade.

O receituário do SNS é enviado em conjunto com a documentação correspondente (verbetes de identificação de lote, relação resumo de lotes e fatura mensal de medicamentos) ao Centro de Conferência de Faturas (CCF). O processamento do restante receituário é idêntico ao supracitado. Neste caso, todos os documentos são enviados para a ANF que, por sua vez é responsável por encaminhar a documentação para os respetivos organismos. A ANF funciona como intermediário quer do receituário quer do pagamento às farmácias.

Quando as receitas não cumprem os parâmetros estipulados pelo CCF, este reenvia-as para a farmácia em conjunto com uma nota justificativa. O mesmo acontece relativamente aos outros subsistemas de saúde, que devolvem à ANF as receitas incorretas. A ANF, mais uma vez atua como intermediária, encaminhando-as por sua vez para a farmácia. Depois de retificadas as receitas voltam novamente para a ANF.

VI. OUTROS SERVIÇOS NA FARMÁCIA

A Farmácia Rocha oferece a oportunidade aos seus utentes de avaliarem vários parâmetros fisiológicos e bioquímicos como:

- Medição da pressão arterial;
- Determinação da glicémia capilar;

- Determinação do colesterol total no sangue;
- Determinação do peso, altura e índice de massa corporal.

Durante o estágio apenas tive oportunidade de realizar a medição da pressão arterial. Para além destes serviços a Farmácia Rocha também faz entregas ao domicílio.

Um dos pontos fracos deste estágio foi a farmácia não possuir serviços de acompanhamento farmacoterapêutico e revisão da terapêutica.

Cada vez mais as farmácias vão ter de apostar em serviços diferenciados e personalizados, de forma a responder a necessidades específicas dos utentes, garantindo a sua satisfação e fidelização. Estes serviços poderão ser também uma forma de garantir a sustentabilidade económica das farmácias.

VII. FORMAÇÃO

O setor farmacêutico é, nos dias de hoje, um dos setores com maior transformação. A mudança traz desafios que têm que ser vencidos. Todos os dias são lançados no mercado novos produtos, devendo por isso, a busca de informação ser contínua. A evolução do conhecimento não pára e o farmacêutico tem o dever de se manter a par de tudo, dispondo de meios capazes de o auxiliar de forma rápida e segura.

Do código deontológico consta o artigo 12º - Dever de atualização técnica e científica: “Considerando a constante evolução das ciências farmacêuticas e médicas, o farmacêutico deve manter atualizadas as suas capacidades técnicas e científicas para melhorar e aperfeiçoar constantemente a sua atividade, para que possa desempenhar conscientemente as suas obrigações profissionais perante a sociedade”.²⁰

Durante o estágio foi-me dada a oportunidade de assistir a algumas formações. Em todas elas adquiri novos conhecimentos, o que se revelou bastante útil no aconselhamento farmacêutico.

Apesar da boa e vasta formação que obtemos durante o curso, é impossível abordar o manancial de informação existente sobre medicamentos e produtos de saúde. Desta forma, estas formações dão-nos a oportunidade, enquanto estagiários, de perceber quais os produtos disponíveis no mercado, as suas aplicações e vantagens e enquanto farmacêuticos a constante atualização de conhecimentos e capacidades.

Algumas das formações que pude assistir foram: PharmaNord-Bioactivo; Medela - Aleitamento/Tecnologias na saúde; La RochePosay e Vichy - Produtos de Dermocosmética, Edol- Dermatologia e Oftalmologia e Plural-Hiperatividade e Défice de atenção.

VIII. CONCLUSÃO

Atualmente, o farmacêutico está vocacionado para cumprir um papel na sociedade, em que é responsabilizado pelo bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos utentes. O compromisso que o farmacêutico assume perante a sociedade exige que este se mantenha constantemente atualizado de modo a conseguir responder às necessidades apresentadas.

As unidades curriculares do curso de Ciências Farmacêuticas, por serem tão abrangentes, possibilitam várias saídas profissionais onde nos podemos enquadrar. A farmácia comunitária surge como uma entre as várias áreas de atuação do farmacêutico, em que este se apresenta capacitado para compreender o processo saúde-doença e a intervir sobre o mesmo.

O estágio curricular em farmácia comunitária, para além de permitir a aplicação dos conhecimentos teóricos obtidos durante o curso, permite também o desenvolvimento de aptidões sociais e competências de comunicação importantes para o exercício da sua função.

Neste contexto, posso afirmar que o estágio realizado na Farmácia Rocha superou as minhas expectativas. Todos os colaboradores da Farmácia contribuíram para a minha aquisição de metodologias de trabalho, esclarecendo qualquer dúvida ou erro cometido.

Considero que esta foi uma experiência extremamente enriquecedora e gratificante na minha formação base, da qual saio com a certeza de que será muito útil no meu futuro profissional.

IX. BIBLIOGRAFIA

1. Ordem dos Farmacêuticos - **Boas Práticas Farmacêuticas para a farmácia comunitária**. 3ª Edição. 2009. [Consultado a 20 de junho de 2014]. Disponível na Internet:
http://www.ordemfarmaceuticos.pt/xFiles/scContentDeployer_pt/docs/Doc3082.pdf
2. INFARMED, I. P.- **Normas relativas à dispensa de medicamentos e produtos de saúde. 2014**. [Consultado a 19 de maio de 2014]. Disponível na Internet:
http://www.infarmed.pt/portal/page/portal/INFARMED/MEDICAMENTOS_USO_HUMANO/PRESCRICAO_DISPENSA_E_UTILIZACAO/Normas_dispensa.pdf
3. Ministério da Saúde - Decreto - Lei nº 176/2006, de 30 de agosto - **Estatuto do Medicamento**. Diário da República, 1ª série, nº167.
4. Ministério da Saúde - Decreto-Lei nº106-A/2010, de 1 de outubro - **Acesso ao medicamento, combate à fraude, ao abuso na comparticipação de medicamentos, racionalização da política do medicamento no âmbito do SNS**. Diário da República, 1ªsérie, nº 192.
5. Ministério da Saúde - Decreto-Lei n.º 48-A/2010, de 13 de maio - **Aprova o regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos, e modifica regime de formação do preço dos MSRM e MNSRM**. Diário da República, 1ª série, nº 93.
6. Ministério da Saúde - Portaria 137-A/2012, de 11 de maio - **Estabelece o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição de medicamentos, os modelos de receita médica e as condições de dispensa de medicamentos**. Diário da República, 1ªsérie, nº 92.
7. INFARMED, I.P. - **Medicamentos Comparticipados**. [Consultado a 1 junho 2014]. Disponível na internet: <http://www.infarmed.pt/>.
8. Ministérios da Economia e da Saúde, da Inovação e do Desenvolvimento - Portaria nº 364/2010, de 23 de junho - **Reestruturação do Programa Nacional de**

- Prevenção e Controlo da Diabetes Mellitus.** Diário da República, 1ª série, nº 120.
9. Ministério da Saúde - **Dispensa de medicamentos.** Portaria 137-A/2012. Diário da República. Série I, nº92.
10. INFARMED, I. P. - **Medicamentos Manipulados - Saiba Mais.** 2011. [Consultado a 9 de maio de 2014]. Disponível na Internet:
http://www.infarmed.pt/portal/page/portal/INFARMED/PUBLICACOES/TEMATICOS/SAIBA_MAISSOBRE/SAIBA_MAISSARQUIVO/31_Medicamentos_Manipulados.pdf
SAÚDE, Ministério da - Portaria nº 594/2004, de 2 de junho - **Aprova as boas práticas a observar na preparação de medicamentos manipulados em farmácia de oficina e hospitalar.** Diário da República, 1ª série, nº 129.
11. INFARMED, I. P. - Deliberação nº1500/2004, de 7 de dezembro - **Aprova a lista de equipamento mínimo de existência obrigatória para as operações de preparação, acondicionamento e controlo de medicamentos manipulados.** Diário da República, 2ªsérie, nº 303.
12. Ministério da Economia e da Saúde - **Estabelece o cálculo do preço de venda ao público dos medicamentos manipulados por parte das farmácias.** Portaria nº 769/2004. Diário da República, 1ª série, nº 153.
13. Ministério da Saúde - Despacho nº 17690/2007, de 23 de julho - **Lista das situações de automedicação.** Diário da República, 2ª série, nº154.
14. Decreto-Lei n.º 189/2008 de 24 de setembro. Diário da República, 1ª série, nº185.
15. Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto. Diário da República, 1ª série, nº32.
16. Decreto-lei 136/2003. Diário da República, Série I, nº 147.
17. INFARMED, I. P. - **O que são dispositivos médicos?** 2013. [Consultado a 3 de maio de 2014]. Disponível na Internet:

http://www.infarmed.pt/portal/page/portal/INFARMED/PERGUNTAS_FREQUENTES/DM/#PI

18. Decreto-lei 148/2008. D.R. Série I, nº 145.

19. Ordem dos Farmacêuticos - **Código Deontológico da Ordem dos Farmacêuticos. Lisboa.** [Consultado a 3 de maio de 2014]. Disponível na Internet: http://www.ceic.pt/portal/page/portal/CEIC/UTILIDADES_INFORMACAO/NORMATIVO/NACIONAL/CodigoDeontologico_OF.pdf

20. SEQUEIRA, C. - **O novo paradigma da farmácia em Portugal e os atuais desafios colocados à sua gestão.** Porto, 2011. [Consultado a 20 de maio de 2014]. Disponível na Internet: http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2461/3/T_13149.pdf

Anexos

PROCEDIMENTO – Monitorização de Condições de Preparação e Conservação de Medicamentos e Produtos

Elaborado por:	Aprovado por:	Implementado por:	Versão
Data:	Data:	Data:	Páginas 3

1. Introdução

O processo de medição, registo, monitorização e controlo das condições de preparação e conservação de medicamentos e produtos na Farmácia Rocha permite assegurar o fornecimento dos mesmos, aos utentes, em bom estado de conservação.

2. Objetivos

Monitorizar as condições de preparação e armazenamento dos medicamentos e produtos (medicamentos, produtos de saúde e matérias-primas em *stock*).

3. Responsabilidades

[Nome do Colaborador responsável pela implementação], sob supervisão da Direção Técnica.

4. Instruções

O sistema de controlo implementado obedece à execução do Fluxograma descrito na página 2 do presente procedimento operacional (PO).

5. Referências

- A. Boas Práticas de Farmácia;
- B. Farmacopeia Portuguesa;
- C. Formulário Galénico Português;
- D. Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de Agosto, na sua redação atual - Regime Jurídico das Farmácias de Oficina.



FARMÁCIA ROCHA

Monitorização das Condições de Preparação e Conservação de Medicamentos e Produtos

Procedimento Técnico

Elaborado por:	Aprovado por:	Implementado por:	Versão
Data:	Data:	Data:	Páginas 3

	Procedimento Técnico	PO 01 Ano 2014 Edição: 1
	Monitorização de Condições de Preparação e Conservação de Medicamentos e Produtos	

1. Introdução

O processo de medição, registo, monitorização e controlo das condições de preparação e conservação de medicamentos e produtos na Farmácia Rocha permite assegurar o fornecimento dos mesmos, aos utentes, em bom estado de conservação.

2. Objetivos

Monitorizar as condições de preparação e armazenamento dos medicamentos e produtos (medicamentos, produtos de saúde e matérias-primas em *stock*).

3. Responsabilidades

Dr^a Esperança Silva, sob supervisão da Direção Técnica, Dr^a Maria Emília da Rocha Simões.

4. Instruções

O sistema de controlo implementado obedece à execução do Fluxograma descrito na página 2 do presente procedimento operacional (PO).

5. Referências

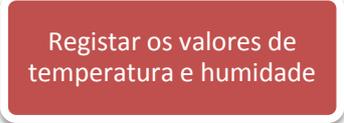
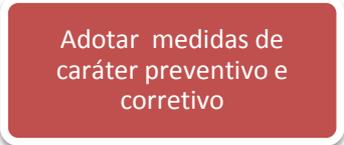
- A. Boas Práticas de Farmácia;
- B. Farmacopeia Portuguesa;
- C. Formulário Galénico Português;
- D. Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de Agosto, na sua 7ctual7o 7ctual – Regime Jurídico das Farmácias de Oficina.

6. Anexos

Anexo I. Instruções – Fluxograma
Anexo II. Tabela de Registo Diário

	Procedimento Técnico	PO 01 Ano 2014 Edição: 1
	Monitorização de Condições de Preparação e Conservação de Medicamentos e Produtos	

Anexo I. Instruções – Fluxograma

Fluxograma	Descrição	Responsabilidades
	Garantir a existência de aparelhos de medição de temperatura e humidade nos locais de atendimento, armazenamento e preparação de medicamentos e produtos;	D.T., F.A., F.
	Proceder à leitura e registo (manual e informático) dos valores de temperatura e humidade;	D.T., F.A., F.
	Justificar a ocorrência de eventuais picos de valores de temperatura e/ou humidade (valores limite registados fora dos intervalos aceitáveis, de acordo com os RCMs - Resumos das Características dos Medicamentos - da generalidade dos medicamentos);	D.T., F.A., F.
	Adotar medidas de carácter corretivo e preventivo para a manutenção dos valores de temperatura e humidade dentro dos intervalos de valores considerados aceitáveis.	D.T., F.A., F.

	Procedimento Técnico	PO 01 Ano 2014 Edição: 1
	Monitorização de Condições de Preparação e Conservação de Medicamentos e Produtos	

Anexo II. Tabela de Registo Diário

Data/Hora	Assinatura	Data/Hora	Assinatura

Elaborado por:	Aprovado por:	Implementado por:	Versão
Data:	Data:	Data:	Páginas 3